



VSA – Tratamento de Efluentes e Utilidades Industriais S.A.

Demonstrações financeiras acompanhadas do relatório do
auditor independente em 31 de dezembro de 2025

Ref.: Relatório nº 264AE-035-PB





Índice

	Página
Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Demonstrações financeiras	7
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025	13

VSA – Tratamento de Efluentes e Utilidades Industriais S.A.

Relatório da Administração

Submetemos à apreciação de nossos Acionistas as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do relatório dos auditores independentes

Comentários da Administração

A companhia vem operando dentro do planejado, com volume mensal médio de 29.000 m3 de efluente tratado e 12.000 m3 de Água de reuso.

O grande desafio para os próximos meses será o incremento de novos volumes a fim de otimizar a utilização da capacidade Instalada.

Agradecimentos

A Administração agradece a confiança e apoio recebido dos acionistas, clientes, fornecedores, colaboradores e instituições financeiras.

Horizonte, 23 de abril de 2026.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. José de Souza Campos, 507 - 5ª andar Cambuí - Campinas (SP) Brasil
T +55 19 2042-1036
www.grantthornton.com.br

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
VSA - Tratamento de Efluentes e Utilidades Industriais S.A.
Horizonte - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da VSA - Tratamento de Efluentes e Utilidades Industriais S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da VSA - Tratamento de Efluentes e Utilidades Industriais S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 23 de abril de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-028.281/O-4-F SP

NELSON FERNANDES BARRETO FILHO

Nelson Fernandes Barreto Filho
Contador CRC 1SP-151.079/O-0

VSA – Tratamento de Efluentes e Utilidades Industriais S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Ativo

	Notas	2025	2024
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	21	29
Aplicações financeiras	5	2.703	8.856
Contas a receber de clientes	6	579	655
Estoques		124	92
Impostos e contribuições a recuperar	7	4.848	5.393
Outros ativos		71	121
Total do ativo circulante		8.346	15.146
Ativo não circulante			
Aplicações financeiras	5	1.263	1.134
Impostos e contribuições a recuperar	7	1.015	1.053
Outras contas a receber		381	403
Imobilizado	8	54.834	60.057
Total do ativo não circulante		57.493	62.647
Total do ativo		65.839	77.793

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VSA – Tratamento de Efluentes e Utilidades Industriais S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	2025	2024
Passivo circulante			
Fornecedores	9	128	180
Empréstimos e financiamentos	10	1.430	1.380
Obrigações trabalhistas e tributárias	-	47	166
Outras obrigações	-	205	237
Total do passivo circulante		1.810	1.963
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	37.001	38.397
Total do passivo não circulante		37.001	38.397
Patrimônio líquido			
Capital social	11	35.714	41.714
Prejuízos acumulados	-	(8.686)	(4.281)
Total do patrimônio líquido		27.028	37.433
Total do passivo e do patrimônio líquido		65.839	77.793

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VSA – Tratamento de Efluentes e Utilidades Industriais S.A.

Demonstrações do resultado
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Receita líquida de vendas	14	7.357	6.930
Custo dos produtos vendidos	15	(8.865)	(6.896)
Lucro (prejuízo) bruto		(1.508)	34
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	15	(942)	(1.309)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-	(163)	(23)
Resultado operacional		(2.613)	(1.298)
Receitas financeiras	16	1.252	1.096
Despesas financeiras	16	(3.044)	(3.101)
Resultado financeiro		(1.792)	(2.005)
Prejuízo do exercício		(4.405)	(3.303)
Prejuízo por ação		(0,1056)	(0,0792)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VSA – Tratamento de Efluentes e Utilidades Industriais S.A.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	2025	2024
Prejuízo do exercício	(4.405)	(3.303)
Resultado abrangente	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(4.405)	(3.303)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VSA – Tratamento de Efluentes e Utilidades Industriais S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reserva de lucros		Prejuízos acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva especial dividendos		
Saldos em 31 de dezembro de 2023		41.714	5	35	(1.018)	40.736
Absorção de prejuízo	-	-	(5)	(35)	40	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(3.303)	(3.303)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		41.714	-	-	(4.281)	37.433
Redução do capital social	11	(6.000)	-	-	-	(6.000)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(4.405)	(4.405)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		35.714	-	-	(8.686)	27.028

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VSA – Tratamento de Efluentes e Utilidades Industriais S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(4.405)	(3.303)
Depreciação	8	5.600	3.909
Juros sobre empréstimos e financiamentos	10	2.954	3.022
Receita financeira	-	(1.252)	(1.096)
Redução (aumento) de ativos			
Contas a receber de clientes e partes relacionadas	6	76	(517)
Estoques	-	(32)	(92)
Impostos a recuperar	7	594	725
Outros ativos	-	72	(53)
(Redução) aumento de passivos			
Fornecedores	-	(52)	(152)
Pagamento de juros de empréstimos	10	(2.943)	(3.459)
Obrigações trabalhistas e tributárias	-	(42)	52
Outras obrigações	-	(109)	185
Caixa gerado pelas atividades operacionais		461	(779)
Fluxo de caixa das atividades de Investimento			
Aplicações financeiras	5	7.265	274
Aquisição de ativos imobilizados	8	(377)	(2.752)
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimento		6.888	(2.478)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos	10	-	4.163
Pagamento de empréstimos	-	(1.357)	(898)
Redução de capital social	11	(6.000)	-
Caixa aplicado nas atividades de financiamento		(7.357)	3.265
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa		(8)	8
Caixa e equivalentes no início do exercício	-	29	21
Caixa e equivalentes no fim do exercício	-	21	29
Caixa líquido gerado / (aplicado)		(8)	8

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Informações sobre a Companhia

A VSA – Tratamento de Efluentes e Utilidades Industriais S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, de propósito específico, com sede na cidade de Horizonte, estado do Ceará, e tem como objeto social, a coleta, transporte, tratamento e disposição de efluentes industriais, produção e distribuição de água industrial e de reuso de água não potável e gestão dos resíduos e rejeitos gerados no processo de tratamento de efluentes e na produção industrial, inclusive de seu reaproveitamento para fins diversos, constituída em 29 de janeiro de 2020.

A Companhia tem como acionistas as sócias Vicunha Serviços Ltda. e a Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE.

1.1. Reforma tributária

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária sobre o consumo. Vários temas ainda estão pendentes de definição, inclusive as alíquotas dos novos tributos, que serão fixadas pela União, Estados, Municípios e Distrito Federal, em atenção ao atual artigo 14 da Lei Complementar 214/2025.

O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirão os tributos PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de Leis Complementares.

Em janeiro de 2025 foi sancionado o Projeto de Lei Complementar (PLP) 68/24, convertido na Lei Complementar 214/25, o qual regulamentou parte da Reforma Tributária. Por sua vez, em janeiro de 2026 foi sancionado o Projeto de Lei Complementar (PLP) 108/2024, convertido na Lei Complementar 226/2026, o qual estruturou o Comitê Gestor do IBS e complementou elementos até então pendentes, como as penalidades relativas ao IBS e à CBS.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, onde os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. A partir de 2026, visando a adaptação das empresas aos ditames da Reforma Tributária, passou a ser obrigatória a inclusão, no arquivo XML das notas fiscais emitidas, de alíquotas testes e meramente informativas, sem efetivo impacto, equivalentes a 0,9% de CBS e 0,1% de IBS, totalizando 1%. A VSA adaptou os seus sistemas e, desde janeiro/2026, cumpre integralmente a obrigatoriedade de inclusão da referida alíquota teste em seus documentos fiscais.

Não há qualquer efeito da Reforma Tributária nas demonstrações financeiras de dezembro de 2025, considerando o período de transição a partir de 2026 e o caráter exclusivamente informativo das alíquotas teste.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em de 23 de abril de 2026.

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas premissas utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras tiveram como premissas fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (Nota Explicativa nº 3).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais)

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2025.

3. Resumo das principais políticas contábeis

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários. As aplicações financeiras possuem características de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a risco de mudança significativa de valor, sendo registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2. Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras são títulos com liquidez imediata, os quais são registrados aos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do balanço de acordo com as taxas pactuadas com as instituições financeiras, sendo, portanto, apresentados com base no seu valor justo. A Companhia definiu sua política contábil referente à classificação de aplicações financeiras na demonstração do fluxo de caixa como atividades de investimentos.

3.3. Contas a receber de clientes

As contas a receber são registradas pelo valor faturado, ajustadas ao valor presente quando o efeito deste for relevante, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

3.4. Imobilizado

Itens do ativo imobilizado são apresentados ao custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil dos ativos, sendo 10 anos para máquinas e equipamentos e 25 anos para instalações, taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

3.5. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

3.6. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

3.7. Instrumentos financeiros

3.7.1. Instrumentos financeiros – Classificação

A companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: **(i)** custo amortizado; **(ii)** valor justo por meio do resultado abrangentes e; **(iii)** valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais)

3.7.2 Instrumentos financeiros - reconhecimento e mensuração

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais desses instrumentos financeiros. Em seu reconhecimento inicial são registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de fechamento das demonstrações financeiras, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

3.8. Impostos**3.8.1. Imposto de renda e contribuição social correntes**

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

3.9. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**3.9.1. Julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros

3.9.2. Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

3.9.3. Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais da respectiva jurisdição em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

3.10. Novas normas e interpretações que ainda não estão em vigor

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia optou por não adotar antecipadamente nenhuma norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida. A seguir serão listadas as IFRSs novas e revisadas, emitidas e ainda não aplicáveis, e a expectativa da Administração em relação a aplicação:

- IFRS 18 – Apresentação e Divulgações nas demonstrações Financeiras: a entidade deve aplicar a IFRS 18 para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras e notas explicativas às demonstrações financeiras;
- IFRS 19 – Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas - Divulgações. Esta nova norma permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais)

Melhorias Anuais às normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) - Volume 11: As melhorias anuais se limitam a alterações que visam esclarecer a redação de algumas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou corrigir consequências não intencionais relativamente menores, omissões ou conflitos entre os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards). As alterações referem-se às seguintes normas:

- IFRS 1 - "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro";
- IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Divulgação e sua Orientação de Implementação do IFRS 7";
- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros";
- IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas"; e
- IAS 7 - "Demonstração dos Fluxos de Caixa". As melhorias são aplicáveis para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

IFRS S1 e S2: As pautas relacionadas ao ESG (Ambiente, Sustentabilidade e Governança) continuam a ganhar relevância no ambiente regulatório e corporativo. As normas CBPS 01 – Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade (equivalente à IFRS S1 – General Requirements for Disclosure of Sustainability-related Financial Information) e CBPS 02 – Divulgações Relacionadas ao Clima (equivalente à IFRS S2 – Climate related Disclosures), endossadas pela CVM por meio da Resolução nº 193/2023, estabelecem as diretrizes para a elaboração dos relatórios de sustentabilidade pelas companhias de capital aberto brasileiras. Tais relatórios devem ser apresentados separadamente das demonstrações financeiras anuais, seguindo a mesma periodicidade e observando os prazos definidos para arquivamento eletrônico na página da CVM. A Administração está avaliando se as exigências de divulgação introduzidas pelas novas normas de sustentabilidade poderão impactar as informações atualmente apresentadas nas demonstrações financeiras, incluindo eventuais efeitos sobre premissas, estimativas e divulgações de riscos.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Bancos conta movimento	21	29
Total	21	29

São depósitos bancários que representam saldos em bancos e direitos de liquidez imediata que não estão sujeitos a restrições de qualquer natureza para sua utilização.

5. Aplicações financeiras

	Lastro	Rentabilidade	2025	2024
Banco Itaú S.A.	CDB - DI	96,5 a 97% CDI	2.703	8.856
Banco do Nordeste S.A.	BNB conta reserva	CDI	1.263	1.134
Total			3.966	9.990
(-) Circulante			(2.703)	(8.856)
Não circulante			1.263	1.134

As aplicações financeiras estão lastreadas em CDB e fundos de renda fixa. Os valores a longo prazo referem-se a garantia contratual do financiamento Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais)

6. Contas a receber de clientes

	2025	2024
Clientes nacionais terceiros	312	259
Clientes grupo (Nota Explicativa nº 17)	267	396
Total de contas a receber	579	655

Nos exercícios de 2024 e 2025, não houve perdas efetivas nem reconhecimento de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa. A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	2025	2024
Clientes		
A vencer	579	655
Total contas a receber	579	655

7. Impostos e contribuições a recuperar

	2025	2024
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	385	85
ICMS	1.276	1.529
PIS	707	817
COFINS	3.205	3.725
CSLL	6	5
Outros	284	285
Total	5.863	6.446

(-) Circulante	(4.848)	(5.393)
----------------	---------	---------

Não circulante	1.015	1.053
-----------------------	--------------	--------------

8. Imobilizado

	Terrenos	Edifícios	Máquinas/ equipamentos	Móveis, utensílios e Instalações	Equipamentos de informática	Total
Custo:						
Em 31 de dezembro de 2023	2.332	11.137	9.894	38.761	91	62.215
Adições			380	2.372		2.752
Transferências			(623)	623		-
Em 31 de dezembro de 2024	2.332	11.137	9.651	41.756	91	64.967
Adições			137	235	5	377
Transferências						
Em 31 de dezembro de 2025	2.332	11.137	9.788	41.991	96	65.344
Depreciação:						
Em 31 de dezembro de 2023	-	(147)	(229)	(617)	(8)	(1.001)
Adições		(445)	(745)	(2.701)	(18)	(3.909)
Baixas						-
Em 31 de dezembro de 2024	-	(592)	(974)	(3.318)	(26)	(4.910)
Adições		(445)	(972)	(4.163)	(20)	(5.600)
Baixas						-
Em 31 de dezembro de 2025	-	(1.037)	(1.946)	(7.481)	(46)	(10.510)
Total ativo imobilizado						
Em 31 de dezembro de 2024	2.332	10.545	8.677	38.438	65	60.057
Em 31 de dezembro de 2025	2.332	10.100	7.842	34.510	50	54.834
Depreciação anual - %		4%	10%	10%	20%	

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais)

9. Fornecedores

	2025	2024
No país	128	180
Total	128	180

10. Empréstimos e financiamentos

Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	2025	2024
Saldo Inicial	39.777	36.949
Adições	-	4.163
Juros no período	2.954	3.022
Pagamento de juros	(2.943)	(3.459)
Pagamento principal	(1.357)	(898)
Total	38.431	39.777
(-) Circulante	(1.430)	(1.380)
Não circulante	37.001	38.397

A companhia obteve financiamento do BNB – Banco do Nordeste do Brasil S.A., para a construção de sua estação de tratamento de efluentes e estação de produção de água de reuso. Do investimento previsto, o BNB entrou com financiamento de 80% e a companhia com 20% de recursos próprios.

O montante total liberado foi de R\$ 40.651 mil, sendo R\$ 36.681 mil referente a investimentos na área do semiárido e de R\$ 3.970 mil de investimentos na área fora do semiárido. Os encargos contratuais são prefixados a taxa de 8,1208% a.a. para o semiárido e 8,632% a.a. para a região fora do semiárido.

Para os pagamentos das parcelas e juros são aplicados bônus de adimplência, reduzindo as taxas para 7,7756% e 8,2102% a.a. respectivamente. A operação foi contratada para liquidação em 270 parcelas mensais, com início em maio de 2024 e término em outubro de 2046.

A carência é de 18 meses entre novembro de 2022 e abril de 2024.

Para a garantia da operação, foi alienado o imóvel com registro imobiliário: R-16/1.132 do livro 2, ficha 01, no cartório de Notas, Protesto de títulos e documentos, Registro Civil de pessoas jurídicas e 1ª zona de Registro de Imóveis de Maracanaú-CE.

Também foi considerado como Interveniente Fiador do contrato o sócio Vicunha Serviços Ltda.

Na apuração dos covenants contratuais (cláusula “dd”), constatamos o não atendimento ao índice de capacidade de pagamento inferior ou igual a 70%, conforme estabelecido no contrato de financiamento junto ao BNB.

O não cumprimento foi devidamente comunicado ao BNB, e em atendimento ao disposto no parágrafo único da referida cláusula, procedemos à elevação em 25% do saldo da aplicação financeira (conta reserva), originalmente constituído nos termos do parágrafo segundo, como forma de garantia.

A referida elevação está refletida no saldo das aplicações financeiras mantidas no ativo não circulante, conforme evidenciado na Nota Explicativa no 5, no montante de R\$ 1.263 em 31 de dezembro de 2025.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais)

11. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social era de R\$ 35.714, representado por 4.713.938 ações e em 31 de dezembro de 2024, era de R\$ 41.714 e as ações idem.

Em 06/10/25 ocorreu redução do capital social no montante de R\$ 6.000.000,00, sendo R\$ 2.940.000,00 da parte da sócia CAGECE e R\$ 3.060.000,00 da parte da sócia Vicunha Serviços.

12. Instrumentos financeiros e gestão de risco

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros ativos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política relativa à contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é aprovada pelo Conselho de Administração.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

a) Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada na tabela a seguir, e de acordo com avaliação da Administração, não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	2025		2024	
	Mensurado pelo custo amortizado	Saldos	Mensurado pelo custo amortizado	Saldos
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	21	21	29	29
Aplicações financeiras	3.966	3.966	9.990	9.990
Contas a receber de clientes	579	579	655	655
Passivo				
Financiamentos e empréstimos	38.431	38.431	39.777	39.777
Fornecedor	128	128	180	180

b) Valor pelo custo amortizado

Os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método de taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas, devido à baixa do ativo, são reconhecidos diretamente no resultado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais)

c) Gestão de risco

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

i) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia ter perdas decorrentes de inadimplência de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating.

ii) Risco de liquidez

A elaboração da previsão de fluxo de caixa é realizada pela tesouraria. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O caixa mantido pela Companhia além do saldo exigido para administração do capital circulante é investido em contas correntes e depósitos a prazo com incidência de juros.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não mantinha instrumentos financeiros derivativos em aberto.

13. Gestão de capital

O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é o de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde a dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, podem ser assim sumarizados:

	2025	2024
Empréstimos e financiamentos	38.431	39.777
Total	38.431	39.777
Menos:		
Caixa e equivalentes de caixa e aplic. Financeiras	(3.987)	(10.019)
Dívida líquida (a)	34.444	29.758
Total do patrimônio	27.028	37.433
Total do capital (b)	61.472	67.191
Índice de alavancagem financeira (c) = a : b	56%	44%

14. Receita líquida de vendas

	2025	2024
Receita bruta de vendas		
Mercadorias	489	209
Serviços	8.165	7.905
(-) Dedução da receita		
Imposto sobre vendas	(1.297)	(1.184)
Receita líquida de vendas	7.357	6.930

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais)

15. Gastos por natureza

	2025	2024
Classificado por função		
Custo dos produtos vendidos	(8.865)	(6.896)
Gerais e administrativas	(942)	(1.309)
Total	(9.807)	(8.205)
Classificado por natureza		
Depreciação	(5.600)	(3.909)
Despesas com pessoal e benefícios	(1.419)	(1.284)
Serviços prestados - pessoa jurídica	(736)	(786)
Matéria, produtos químicos e materiais de uso e consumo	(589)	(498)
Imposto e taxas diversos	(39)	(43)
Outros	(1.424)	(1.685)
Total	(9.807)	(8.205)

16. Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	1.241	1.059
Outras	11	37
Total das receitas financeiras	1.252	1.096
Despesas financeiras		
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(58)	(51)
Juros sobre empréstimos	(2.954)	(3.022)
IOF	(7)	(4)
Outras	(25)	(24)
Total das despesas financeiras	(3.044)	(3.101)
Resultado financeiro, líquido	(1.792)	(2.005)

17. Partes relacionadas

Saldos e transações com partes relacionadas

A estrutura societária da Companhia é a seguinte:

- Vicunha Serviços Ltda. – detêm 51% do capital social;
- Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE) – detêm 49% do capital social.

a) Saldos e transações com partes relacionadas

	2025	2024
Ativo circulante		
CAGECE	-	60
Vicunha Têxtil S.A.	267	336
Total	267	396
Passivo circulante		
CAGECE	2	4
Total	2	4

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (em milhares de reais)

b) Remuneração dos administradores

Os administradores que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades Companhia são os membros do Conselho de Administração e os diretores estatutários. Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não houve remuneração dos membros do conselho de administração e dos diretores estatutários.

18. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente é calculado com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para o imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido.

Em 31 de dezembro de 2025, a companhia possuía créditos tributários não registrados em sua contabilidade no montante de R\$ 8.686, oriundos de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL.

A administração da Companhia optou pelo não reconhecimento dos benefícios fiscais futuros, uma vez que não há previsão de geração de lucros tributáveis futuros

* * *

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Marcel Yoshimi Imaizumi – Presidente

José Carlos Lima Asfor – Vice-presidente

Maria Grasiela Teixeira Arias - Conselheira

DIRETORIA

Marcel Yoshimi Imaizumi

Ronner Braga Gondim

José Rinaldo De Maria

João Fortunato Tonete

Técnico em Contabilidade

TC-CRC 1SP265610/O-3